

Pelas Cidades: Passado no Presente, com Vistas ao Futuro de São João Nepomuceno/MG

*By the Cities: Past on Present, with a View to the Future of São João
Nepomuceno/MG*

Fabio Jose Martins de Lima

Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8964-3421>
E-mail: fabio.lima@ufjf.br

Raquel von Randow Portes

Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-6200-8285>
E-mail: raquel.portes@ufjf.br

Cristina Cortes Ouchi Dusi

Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8740-3309>
E-mail: cristina.dusi@ufjf.br

Luciane Tasca

Professora e Subchefe do Departamento de Projetos, Historia e Teorias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6438-9017>
E-mail: luciane.tasca@ufjf.br

Paula Danelon

Arquiteta e Urbanista e Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano na Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno
Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-1247-7583>
E-mail: pauladanelon.arqui@gmail.com

Laura Pinton Fonseca

Graduada em Psicologia e Acadêmica do Curso de Serviço Social na Faculdade de Serviço Social

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0001-8660-0298>

E-mail: laura.fonseca@estudante.ufjf.br

Dafhany Joany Mello

Acadêmica do Curso de Cinema no Instituto de Artes e Design

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-8784-5407>

E-mail: dafhany.mello@estudante.ufjf.br

Eduarda Furiatti Sinhoroto

Acadêmica do Curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-3341-7523>

E-mail: eduarda.sinhoroto@estudante.ufjf.br

Juliane Nogueira Rodrigues

Acadêmica do Curso de Geografia do Instituto de Ciências e Letras

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-6384-3125>

E-mail: juliane.nogueira@estudante.ufjf.br

Ketelly Gonçalves Campos Oliveira

Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-0409-2375>

E-mail: ketelly.campos@estudante.ufjf.br

Letícia de Fátima Vieira Teixeira

Acadêmica do Curso de Cinema no Instituto de Artes e Design

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0001-9826-7322>

E-mail: leticia.vieira@estudante.ufjf.br

Luisa Lopes Gomes

Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0009-7897-7608>

E-mail: luisa.gomes@estudante.ufjf.br

Pedro Lima Camilo da Silva

Acadêmico do Curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-6705-2795>

E-mail: pedro.camilo@estudante.ufjf.br

Rodrigo Gnattali de Mello Campos

Biólogo, graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula e em Artes e Design pelo Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-1042-8665>

E-mail: rodrigognatt@yahoo.com.br

Resumo

O artigo aborda o processo participativo iniciado no apoio técnico pela Universidade Federal de Juiz de Fora ao município de São João Nepomuceno. As atividades tiveram início com o convênio implementado em 2024, que previu a elaboração e a revisão de instrumentos legais para a gestão municipal. Tal abordagem incluída no programa Urbanismo em Minas Gerais (Urbanismo.mg) teve a colaboração do Laboratório da Paisagem (LAPASA), ambos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. As ações envolveram um grupo de trabalho multidisciplinar com docentes e discentes, além do corpo técnico da Prefeitura Municipal e da comunidade. A formação do município foi destacada e as especificidades dessa região do estado de Minas Gerais reveladas. O que se buscou nessas ações do programa foi projetar perspectivas futuras para o planejamento municipal, com o envolvimento da população de 26.478 habitantes, de acordo com o estimado pelo IBGE em 2024.

Palavras-chave: Urbanismo; Planejamento Urbano e Regional; Processo Participativo.

Abstract

The paper discusses the participatory process initiated by the Federal University of Juiz de Fora's technical support to the municipality of São João Nepomuceno. The activities began with the agreement implemented in 2024, which provided for the development and review of legal instruments for municipal management. This approach, included in the Urbanism in Minas Gerais program (Urbanismo.mg), benefited from the collaboration of the Landscape Laboratory (LAPASA), both at the Faculty of Architecture and Urbanism. The initiatives involved a multidisciplinary working group of teachers and students, as well as technical staff from the City Hall and the community. The formation of the municipality was highlighted, and the specificities in this region of the state of Minas Gerais revealed. The aim of the program was to project future perspectives for the municipal planning, involving the population of 26,478 inhabitants, as estimated by the IBGE in 2024.

Keywords: Urbanism; Urban Planning; Participatory Process.

Área temática da extensão: Cultura

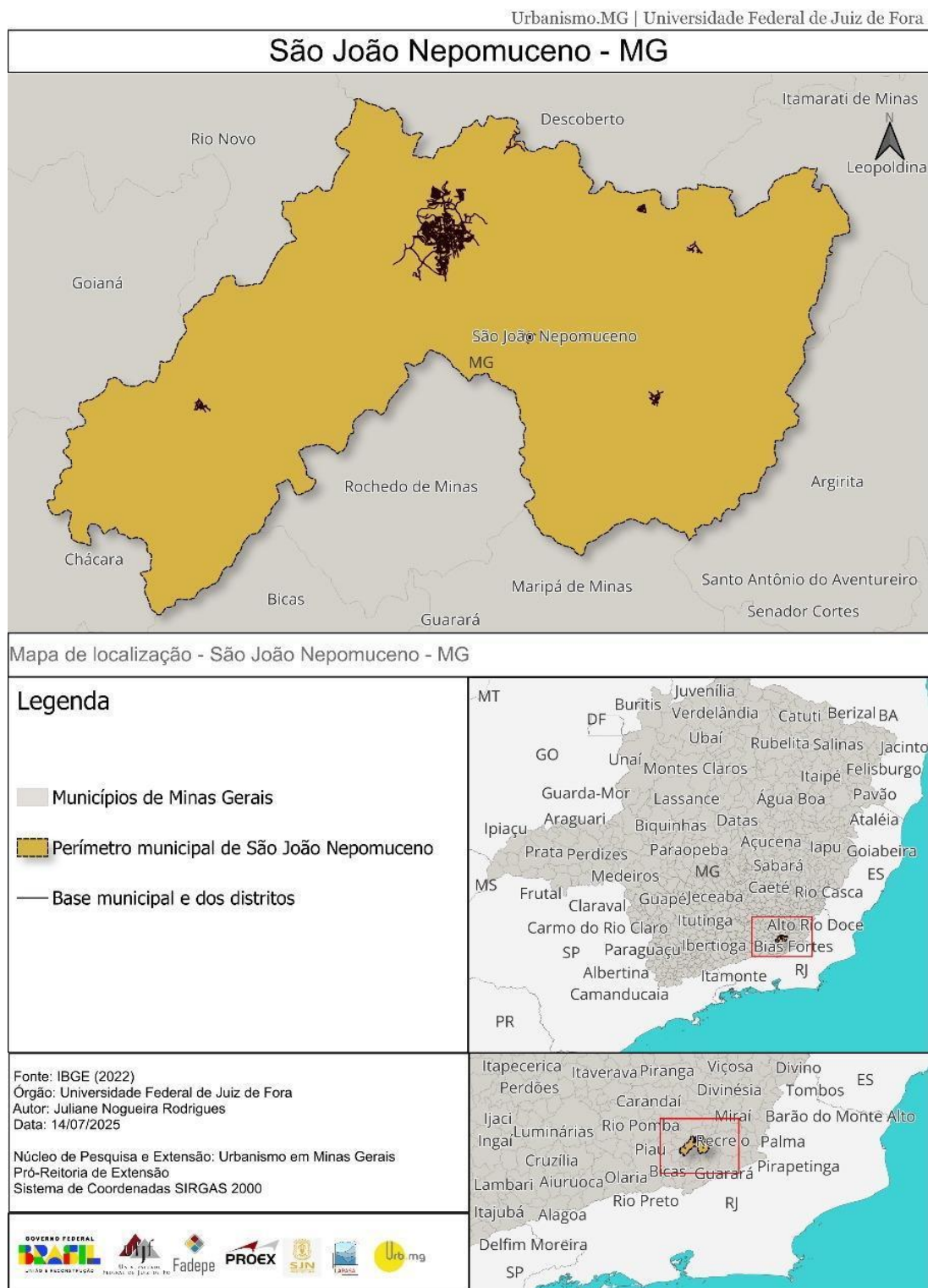


Introdução

O texto aborda o processo desencadeado a partir do apoio técnico da Universidade Federal de Juiz de Fora ao município de São João Nepomuceno. O objetivo principal das ações foi permitir a elaboração e a revisão de instrumentos legais para a gestão municipal, como resultado de planos discutidos com a comunidade e sistematizados em termos de minutas de lei. Assim, foram propostas a Lei do Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano, a Lei de Mobilidade e a Lei de Saneamento. A fase inicial foi concluída com a Conferência da Cidade de São João Nepomuceno realizada em 10 de junho de 2025 e, no seguimento, teremos o envio dessas minutas, da parte do Poder Executivo, para que o Poder Legislativo possa consolidar as leis municipais ali propostas.

Desde o início, a mobilização para a participação foi norteadora das ações que envolveram essa cooperação entre a Universidade e a Administração Municipal. De acordo com o preconizado pela Lei Federal nº 10.257/2001 (Brasil, 2001), o envolvimento da comunidade é obrigatório. Neste sentido, tivemos a discussão e a proposição de diretrizes para o desenvolvimento municipal e regional, considerando as singularidades locais, estas assentadas na cultura, no meio ambiente, nos usos e costumes, além da culinária e das tradições têxtil e comercial, dentre outros. O intuito foi enfrentar os problemas urbanísticos das nossas cidades, os quais são percebidos em São João Nepomuceno, a gerar transformações que alteram sem critérios os espaços urbanos e rurais. Esses problemas recorrentes se traduzem como desafios para os administradores e para as comunidades e dependem de uma regulamentação municipal para que possam ser enfrentados. Os debates realçaram situações presentes, que interferem no dia-a-dia, e as possíveis soluções para as mesmas.

Figura 1 – Inserção municipal



Fonte: Elaboração própria (2025).



Procuramos envolver a população de 26.478 habitantes, de acordo com o estimado pelo IBGE, em 2024 (IBGE, 2024), para o entendimento desses problemas. As ações envolveram um grupo de trabalho multidisciplinar com docentes e discentes, além do corpo técnico da Prefeitura Municipal e da própria comunidade. Tal abordagem, incluída no programa Urbanismo em Minas Gerais (Urbanismo.mg), teve a colaboração do Laboratório da Paisagem (LAPASA), ambos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O primeiro foi constituído em 2005 e se insere na Rede Urbanismo no Brasil, com pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior no âmbito nacional. Já o segundo foi criado em 2019 para investigar, dentre outros, a dinâmica da paisagem no território.

As tratativas para a consolidação do convênio foram iniciadas no ano de 2023, com o convênio implementado no ano seguinte, o que permitiu o início dos trabalhos e a sua conclusão neste ano de 2025. Em paralelo, foi realizada pesquisa documental sobre a região e a condição do município, em particular, como uma primeira aproximação para a composição do plano de trabalho. Os referenciais sobre os temas do urbanismo e do planejamento urbano, que compõem o banco de dados do núcleo, serviu também para a fundamentação dos trabalhos. Assim, os trabalhos escritos permitiram inserir a questão urbana nas primeiras análises. Além deles, foram utilizadas as bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os arquivos disponíveis da Prefeitura e da Câmara e, no nível estadual, a biblioteca do Arquivo Público Mineiro. Esses estudos serviram de base para os levantamentos de campo iniciados em 2024, com visitas técnicas, caminhadas e itinerários em veículos motorizados, sendo que, em alguns momentos, também utilizou-se bicicletas.

A metodologia incluiu a mobilização com reflexões que levaram em conta os mais diversos interesses em jogo, considerando a busca por instrumentos de gestão pública que pudessem ser formulados, revistos e aplicados para o conjunto da população. A questão chave, mencionada durante a audiência inicial realizada no Museu Municipal em 24 de julho do ano de 2024, foi o entendimento sobre qual cidade há no presente e aquela que deseja alcançar no futuro. Isso foi determinante para pensar o passado no presente e o futuro de maneira integrada. Já em 11 de dezembro do mesmo ano, outra audiência foi convocada,



como uma conferência intermediária, também no Museu Municipal, sendo que, pela falta de público, foi alterada para uma reunião ampliada, com o relato dos objetivos alcançados até ali e a definição dos próximos passos.

Além dessas audiências, houve assembleias com professoras e professores, reuniões e oficinas comunitárias, reuniões setoriais, visitas técnicas e percursos urbanos e rurais. Essas atividades foram amplamente divulgadas por meio de convites impressos e virtuais, posters, carro de som, e chamamentos no sítio oficial da Prefeitura, bem como nas redes sociais do núcleo Urbanismo.mg. Além disso, foram disponibilizados relatórios técnicos e feitas entrevistas nas rádios do município, sendo elas, Garbosa FM e a Difusora FM, além de apresentações na tribuna livre da Câmara Municipal. Foi criada uma página no Instagram (UrbanismoMG, 2024a) e, ao mesmo tempo, desenvolvido um canal no Youtube (UrbanismoMG, 2024b). Ao longo das ações foram postados registros fotográficos e audiovisuais, bem como criados formulários através do *Google forms* para levantamentos de questões específicas em termos de demandas e de propostas. Essas postagens permaneceram em exibição, como uma memória do envolvimento comunitário com a universidade pública. As dificuldades constatadas para a realização das oficinas e das reuniões comunitárias, além das audiências públicas, foram amenizadas com tais procedimentos. Vale dizer que este apelo ao uso da mídia social foi empregado em ações anteriores, de apoio técnico aos municípios, desde o ano de 2006, consistindo no desenvolvimento de uma identidade visual e do *design* de um site, integrado na rede central (Lima, 2012).

Em 10 de junho de 2025, foi realizada a audiência pública final, como uma Conferência da Cidade, que seguiu as orientações do Ministério das Cidades. A temática desta conferência foi vinculada à 6ª Conferência Nacional das Cidades com a temática: "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social". Desse modo o evento foi validado para que o município pudesse participar das etapas posteriores, nos níveis estadual e federal. Consequentemente, a fase inicial do planejamento foi concluída e a continuidade das ações vai depender do envio das propostas de minutas dos projetos de



leis, compactuadas com a comunidade, da parte do Poder Executivo, para que o Poder Legislativo possa, então, consolidar estas em termos de leis municipais efetivas. Com isso, se coloca a possibilidade da continuidade do apoio técnico da parte da Universidade Pública nessa via de mão dupla trilhada, na qual leva-se conhecimentos e trazem para a sala de aula experiências de campo, saberes locais e regionais.

Tempos distintos no passado e no presente de São João Nepomuceno

O município teve a sua formação relacionada ao processo de conquista da região, no movimento de colonização determinado pelos portugueses, que, de início, teve a sua origem nas fundações urbanas coloniais. A exploração do território da Capitania de Minas Gerais através de “entradas” e “bandeiras” gerou caminhos, pontos de parada, pequenos aglomerados, como apropriações, que progressivamente permitiram a penetração e a colonização do Estado (Lima, 2010). Neste processo, cujo início remonta ao final do século XVII e início do século XVIII, a consolidação de pequenos núcleos urbanos ocasionou a formação de inúmeros aglomerados. Os povos originários foram domesticados ou exterminados, com a construção de povoações civis, na política deflagrada para a conquista dos interiores (Aguiar, 2012). Vale dizer que, a presença indígena e os ataques de quilombolas, se colocavam como os principais obstáculos para a conquista e o governo dos sertões da Capitania (Paiva, 2010).

São João Nepomuceno se insere na Zona da Mata Mineira, na Mesorregião do Sudeste de Minas Gerais, perfazendo uma área de 407,427 km², com a sede municipal a 346 metros de altitude, a uma distância de 363 km da capital mineira, Belo Horizonte. O acesso rodoviário ao município, no âmbito local, regional e nacional, é feito através das rodovias BR-040, BR-267, MG-126 e MG-353 e LMG-858, além das estradas municipais que fazem a aproximação com os distritos e as áreas rurais, com ligações também aos municípios vizinhos. O Aeroporto Regional da Zona da Mata, inaugurado em 2005 como Aeródromo Presidente Itamar Franco significou uma importante realização para o município.

Figura 2 – Aspecto parcial da cidade



Fonte: Autoria própria (2025).

Os seguintes municípios, a saber, de A a Z, fazem divisa: Argirita, Bicas, Chácara, Descoberto, Goianá, Leopoldina, Maripá de Minas, Rio Novo e Rochedo de Minas. O clima predominante é o tropical de altitude, com verões quentes nas partes mais baixas, e brandos nos trechos mais elevados. Esse domínio tropical apresenta características térmicas e de precipitação impostas pela altitude e entradas de ventos marinhos. A temperatura, na maior parte da região, apresenta média anual variando entre 22,3 °C, máxima anual de 27,9 °C e a mínima de 15,3 °C e índice médio Pluviométrico anual de 1.581 mm (IBGE, 2024).

A região onde o município se consolidou pertencia à Comarca do Rio das Mortes, na Capitania de Minas Gerais, entre as freguesias de São Manuel do Pombo e Feijão Cru. Um caminho direto ao Rio de Janeiro atravessava a região, de Norte a Sul, vindo da região de



Congonhas, Queluz e Ouro Branco, na Comarca de Ouro Preto (Fonseca, 2012). O município teve a sua instalação em 7 de janeiro de 1883, sendo que, anteriormente ao ano de 1841, quando da sua elevação à categoria de Vila, o primeiro topônimo do lugar foi Capela do Rio Novo de Baixo, naquele momento vinculado à Comarca de Rio Pomba (Barbosa, 1995). Na atualidade, com as emancipações e nomenclaturas regionais alteradas, o município se configura como sede de Comarca e abrange os seguintes distritos, além da sede municipal propriamente dita: Carlos Alves, Ituí, Roça Grande e Taruaçu. A sede inclui áreas urbanas e rurais, assim como os distritos, que perfazem também uma área urbana bem definida e vastas extensões rurais. Na sede temos as comunidades do Barite e da Barra, as duas ao Norte, a cavaleiro do curso do Rio Novo, além da de Ponte Nova, construídas na sua margem, na divisa com os municípios de Descoberto e Rio Novo. No caso dos distritos, temos Roça Grande e Carlos Alves, com as comunidades de Lima Géio, Machados e Vargem Grande. O Distrito de Ituí, com as comunidades de Araci e Braúna e o Distrito de Taruaçu, com as comunidades de Cruzeiro e Cafés. As comunidades se mostram mais dispersas e, para além delas, as extensões rurais com características agropecuárias.

A inserção municipal na Bacia Hidrográfica dos Afluentes dos Rios Pomba e Muriaé, dentro da Bacia do Rio Paraíba do Sul, na região hidrográfica Atlântico Sudeste, segue a divisão estabelecida pela Resolução nº 32 de 15 de outubro de 2003 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). A Bacia ocupa uma área de aproximadamente 61.307 km², abrangendo os Estados de São Paulo (13.934 km²), Rio de Janeiro (26.674 km²) e Minas Gerais (20.699 km²). Os cursos d'água, que ainda escorrem pela sede urbana, mesmo poluídos, ou cobertos com lajes de concreto em alguns trechos, ainda se revelam como patrimônio ambiental. No caso dos distritos e das áreas rurais, estes cursos d'água, com as suas cachoeiras e cascatas, se apresentam de maneira magistral, com uma paisagem exuberante. As áreas florestadas ainda presentes no território municipal revelam o contexto geográfico do Bioma Mata Atlântica, sendo que, parte considerável deste Bioma, com a vegetação original de Floresta Estacional Semidecidual, foi bastante devastada e, na atualidade, se encontra substituída por pastagens naturais e por vegetação secundária.

Também foram identificadas vastas plantações de eucaliptos, cujo cultivo é feito em algumas propriedades rurais.

Figura 3 – Aspecto parcial da cidade



Fonte: Autoria própria (2025).

A emergência de se rever as práticas se mostra evidente para a permanência da identidade municipal, ou seja, daqueles atrativos, que ainda persistem, seja pelo aspecto bucólico, seja pelo sentido comunitário. Isso, contra a degradação através das construções improvisadas e inadequadas, além de parcelamentos ilegais e daqueles desqualificados. Acrescido a isso inúmeras ocorrências indesejáveis, como a poluição dos cursos d'água e a devastação das áreas verdes remanescentes. A busca de caminhos para a reversão do



que se degenerou deve ser diária e contínua, com uma preocupação sobre a herança do passado no presente e a esperança por um futuro sustentável.

Dentre os problemas, a verticalização traz consigo mais veículos motorizados. Com os edifícios altos, no geral sem os padrões de segurança, aeração, insolação, acessibilidade e vagas de garagem, temos a ruptura da horizontalidade predominante e o incômodo provocado pelos veículos. As interferências na fluidez do tráfego e os estacionamentos ao longo das vias causam insegurança e dificuldades de locomoção para os pedestres. Nesse processo, as sobreposições e os ajuntamentos impedem o diálogo entre os vários tempos relacionados à construção da cidade na história. Os lançamentos do mercado imobiliário nas áreas valorizadas priorizam a quantidade, em detrimento da qualidade, com prédios empilhados lado a lado. Acrescido a isso, como ressaltado, a ampliação do volume dos esgotos diretamente nos cursos d'água e a sua poluição consolidada com as áreas verdes devastadas. Para além do centro urbano, novos parcelamentos, alguns destes irregulares, expandem os horizontes da cidade e aumentam as dificuldades para a gestão municipal.

Metodologia: desafios para a participação comunitária

A abordagem que temos trabalhado sobre as cidades inclui a crítica ao que se consolidou pela improvisação e pela falta de gerenciamento. Isso para que seja desencadeada uma reflexão sobre o que se mostra inadequado e indesejável, em termos de práticas sócio-culturais e ambientais, e o que se apresenta como apropriado e desejável, por assim dizer, em termos de continuidade, considerando a identidade e a memória do lugar. Nas lembranças do passado várias cidades se interpõem nas experiências de cada pessoa, nos planos sobrepostos de tudo o que vivemos. Materialidades e imaterialidades se apresentam nas conformações dos espaços urbanos, em particular dos espaços públicos, que traduzem a qualidade dos ambientes urbanos (Calvino, 1972).



Figura 4 – Audiência pública, reunião com professores e professoras



Fonte: Autoria própria (2024).

Por esta via, devem ser consideradas as apropriações sobre o território feitas ao longo do tempo, na história, por assim dizer, que revelam realidades urbanas e rurais em espaços geográficos diferenciados. E cada cidade é uma cidade única, com as especificidades marcadas nessas apropriações, que se constituíram como patrimônio cultural e ambiental. O passado se insere no presente, nos vários tempos compostos, e o futuro se projeta como uma possibilidade de rever o que foi feito em prol da coletividade. Os caminhos para pensar o planejamento municipal perpassam esses pressupostos para os desafios que se inserem na gestão pública de cada cidade.

Desde julho de 2024 foi iniciada a programação das oficinas e reuniões comunitárias, que foram realizadas com prioridade nas escolas públicas, tanto na sede urbana quanto nos distritos. Além disso, foram realizadas audiências públicas como mencionado anteriormente, sendo que a mobilização para esses eventos foi feita de várias formas, incluindo entrevistas nas rádios e divulgação nas redes sociais. Além disso, foram enviados convites para órgãos públicos, como o Ministério Público do Estado de Minas Gerais



(MPMG), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), além do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Apesar disso e considerando a importância do que foi discutido, a participação foi muito tímida, para não falar a mínima. As dificuldades para a mobilização são muitas, talvez pelo cotidiano intenso, ou mesmo por nunca terem pensado que seria possível, por não ver como espaço aberto à população ou pelo descrédito de que possa haver alguma mudança. De todo modo, foram ressaltadas a importância, a necessidade e a urgência da participação comunitária para rever os rumos do desenvolvimento municipal.

Resultados: caminhos para pensar o planejamento municipal

A mobilização da comunidade para a discussão dos problemas, bem como para debater as demandas locais, deve ser mencionada como um dos resultados desse apoio técnico. Nesse sentido, percebemos diferentes gerações debatendo e propondo soluções para a cidade. Esses debates ocorreram nas audiências públicas, nas reuniões e oficinas comunitárias, além dos diálogos remotos estabelecidos nas redes sociais. No geral, três momentos marcaram as reuniões e as oficinas, o primeiro deles de apresentação e introdução conceitual, o segundo, de brincadeiras, com jogos aplicados, com um apelo lúdico e de lazer e o terceiro, onde foi buscado o entendimento das demandas locais e regionais. As oficinas incluíram atividades de capacitação adequadas ao público diferenciado. Nesse processo, houve a construção coletiva de um quadro integrado, cujas ideias serviram para a proposição das diretrizes e dos parâmetros para a gestão municipal. De maneira preliminar, foram montadas exposições fotográficas em painéis retratando os vários momentos da história da cidade, com exposições audiovisuais, sendo que esse material foi também disponibilizado de maneira remota.

Nas páginas virtuais houve a inserção dos resultados parciais e finais para superar as dificuldades do modo presencial. Foram criados, também, formulários *Google forms* para as discussões sobre os problemas. As respostas coletadas de maneira *on-line*, acrescidas do que foi debatido presencialmente, foram incluídas nos relatórios técnicos. Ao final, as



leituras técnicas e comunitárias foram proporcionadas. Desse modo, nos ambientes físicos e remotos ocorreu o envolvimento da comunidade diretamente afetada, além da interação com um público externo, com interfaces comparativas entre a realidade municipal e outras realidades.

Figura 5 – Audiência Pública: Conferência da Cidade



Fonte: Autoria própria (2025).

Esses resultados revelaram a possibilidade de integração dessa mídia com outros ambientes, como *blogs*, *Facebook* e outras plataformas para a comunicação. Como ressaltado, em 10 de junho de 2025 foi realizada a Conferência da Cidade de São João Nepomuceno, com o tema “Caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”. Os resultados permanecem divulgados nas redes sociais, em particular na página do Instagram e no canal do Youtube do Programa, sendo eles relatórios, Planos com os esboços de Minutas de Lei, além de registros fotográficos e audiovisuais. Esse material documental foi reunido no Caderno do Planejamento Municipal,



como o documento final dos trabalhos, juntamente com o Relatório Técnico sobre o Patrimônio Cultural e Ambiental de São João Nepomuceno.

Discussão: perspectivas para o futuro de São João Nepomuceno/MG

Os instrumentos de gestão municipal se estruturam de maneira integrada para viabilizar a implementação das políticas públicas sobre o território e, através deles, temos a condição de considerar aspectos culturais, ambientais, socioeconômicos, dentre outros. Tais instrumentos se traduzem em planos e leis no âmbito local e possibilitam enfrentar os problemas do planejamento municipal envolvendo diversas questões no presente. Olhar para o passado e projetar o futuro visa reverter o quadro insustentável composto. Desse modo, temos, com particular interesse, o Plano Diretor, o Plano de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano, o Plano de Mobilidade e o Plano de Saneamento e as respectivas leis geradas a partir deles e sancionadas pela Municipalidade.

As ferramentas para a gestão municipal permitem, assim, a busca de um futuro no qual possamos ter cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, como já dito, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas (ONU). E a comunidade deve ter essa consciência, em cada bairro, seja na sede municipal, seja nos distritos, e, mesmo, nas áreas rurais, cada munícipe deve estar atento para a preservação do seu patrimônio ambiental e cultural. Afinal, o que distingue o município de outras localidades são as especificidades desse patrimônio. E a qualidade de vida no meio urbano e no meio rural está relacionada à preservação e à conservação dessas especificidades locais e regionais. Por isso, o intuito da requalificação urbanística com as diretrizes incorporadas nas leis que interferem na apropriação dos espaços urbanos. As ações desencadeadas permitem vislumbrar novos rumos para o município, nas várias frentes a desafiar a gestão pública, a saber, o transporte público, a mobilidade e a circulação urbana, a saúde e a assistência social, a educação, o turismo, a cultura, os esportes e o lazer, o meio ambiente, a segurança pública, a economia, a habitação e as infraestruturas, dentre outras.



Figura 6 – Aspecto parcial da cidade



Fonte: Autoria própria (2025).

Muitos problemas e desafios estão postos e estes se acumulam com o legado de administrações anteriores, que não conseguiram estabelecer parâmetros para as sobreposições e os ajuntamentos, em termos de construções, muito menos o controle das expansões urbanas. Neste processo, o jogo de interesses imobiliários especulativos não considerou os interesses da coletividade e privilegiou a quantidade e não a qualidade do que foi e tem sido construído, seja de maneira isolada, em termos de prédios altos, ou como novas expansões, em termos de parcelamentos. A relação com a natureza se perdeu e os ambientes se desqualificaram, com a supressão de áreas florestadas e a poluição dos



cursos d'água. Infelizmente esse foi e continua a ser o lugar comum das nossas cidades e é o que percebemos aqui em São João Nepomuceno, ainda que de maneira incipiente.

Vale dizer que o conjunto das leis em vigor nas esferas federal, estadual e municipal, seria suficiente para prever esses problemas. Porém, o que se revela no processo de gestão, no âmbito municipal, é uma grande dificuldade da materialização das diretrizes e determinações implícitas em tais documentos legais e a incapacidade de fiscalização das várias frentes de ação, no que se refere às ocupações urbanas e rurais de parte da população e, também da parte da municipalidade. Por outro lado, os órgãos institucionais revelam muitas dificuldades no que se refere aos mecanismos de fiscalização, que devem ser aperfeiçoados, além da promoção de campanhas educacionais para conscientização. Com isso, a busca da reversão das interpretações equivocadas sobre as políticas públicas e a recuperação do sentido comunitário em prol do coletivo. Além disso, reverter o entendimento equivocado do papel dos instrumentos legais na conformação do território, e acreditar que através destes instrumentos é possível construir uma cidade melhor. E nesse caminho reverter, também, a consideração ao avesso, de parte da população, de que os esses instrumentos legais se aplicam ao outro, ou apenas a uma parcela dos cidadãos - os excluídos, por assim dizer - do direito à cidade, e não a todos ali inseridos (Lefebvre, 1969).

Considerações finais

A renovação das esperanças por um futuro melhor para as gerações que virão além daquelas que persistem é o que motiva. E um futuro assentado em políticas públicas construídas de modo coletivo, que considerem a proteção da memória e do patrimônio cultural e ambiental dos municípios. Por esta via, busca-se a requalificação sócio-urbanística pela conservação das áreas florestadas e o reflorestamento das que foram suprimidas, pela despoluição dos cursos d'água e a preservação daqueles ainda em condições adequadas, dentre outros. A preservação das referências culturais é outra preocupação, com os bens materiais e imateriais, que permitem a permanência da identidade e da memória dos lugares.



A emergência da busca da requalificação ambiental e cultural das nossas cidades é algo primordial. E isso implica termos conhecimentos diversos e integrados para as soluções, que envolvem uma visão de continuidade administrativa e planejamento. A multidisciplinaridade é o que move as iniciativas nesse sentido, com a consideração de conhecimentos especializados de diversas áreas do conhecimento humano, bem como dos saberes locais e das práticas comunitárias. E pensar o município na sua totalidade e a relação com os municípios do entorno é essencial, o que implica considerar a inserção municipal em uma região de planejamento. Essa foi a intenção principal inserida nas diretrizes esboçadas com as minutas dos instrumentos legais, que foram pensadas de maneira participativa.

As ações desencadeadas permitem vislumbrar novos rumos para o município, nas várias frentes a desafiar a gestão pública, a saber, o transporte público, a mobilidade e a circulação urbana, a saúde e a assistência social, a educação, o turismo, a cultura, os esportes e o lazer, o meio ambiente, a segurança pública, a economia, a habitação e as infraestruturas, dentre outras. O planejamento municipal visa, assim, um futuro melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acesso igual aos benefícios e oportunidades que as cidades oferecem, que São João Nepomuceno vai poder oferecer na perspectiva aqui colocada. Muito mais pode ser dito e feito pelas cidades, como o que foi buscado em São João Nepomuceno, conhecida popularmente como Cidade Garbosa. É o que ainda nos move no momento.

Contribuições individuais de cada autor na elaboração do trabalho

Fabio Jose Martins de Lima: Foi o autor responsável pela correspondência e encaminhamento da estrutura inicial do texto, além da revisão final com a inserção das imagens.

Raquel von Randow von Randow Portes: Ao longo dos trabalhos trabalhou a identidade visual para o apoio técnico ao município e discutiu, além de orientar o encaminhamento dos



registros fotográficos e audiovisuais. Revisou e acrescentou partes do texto, bem como orientou a seleção das figuras.

Cristina Cortes Ouchi Dusi: Prestou apoio à coordenação como vice-coordenadora e interferiu nas partes do texto.

Luciane Tasca: Prestou apoio à coordenação e interferiu nas partes do texto.

Paula Danelon: Prestou apoio à coordenação como coordenadora local e interferiu nas partes do texto.

Laura Pinton Fonseca: Prestou apoio direto à coordenação e interferiu nas partes do texto, bem como ficou encarregada do encaminhamento dos trechos relacionados ao tema da participação comunitária. Participou da revisão final para atender à solicitação da editora da revista dentro do prazo definido.

Dafhany Joany Mello: Interferiu nas partes do texto tendo apoiado os trabalhos dentro da área de atuação acadêmica.

Eduarda Furiatti Sinhoroto: Interferiu nas partes do texto tendo apoiado os trabalhos dentro da área de atuação acadêmica.

Juliane Nogueira Rodrigues: Interferiu nas partes do texto tendo apoiado os trabalhos dentro da área de atuação acadêmica. Apoiou o trabalho de elaboração do mapeamento cultural e ambiental.

Ketelly Gonçalves Campos Oliveira: Interferiu nas partes do texto tendo apoiado os trabalhos dentro da área de atuação acadêmica.

Letícia de Fátima Vieira Teixeira: Interferiu nas partes do texto tendo apoiado os trabalhos dentro da área de atuação acadêmica.

Luisa Lopes Gomes: Interferiu nas partes do texto tendo apoiado os trabalhos dentro da área de atuação acadêmica.

Pedro Lima Camilo da Silva: Interferiu nas partes do texto tendo apoiado os trabalhos dentro da área de atuação acadêmica.



Rodrigo Gnattali de Mello Campos: Interferiu nas partes do texto tendo apoiado os trabalhos dentro da área de atuação acadêmica.

Agradecimentos

Capes; Cnpq; Fapemig; Universidade Federal de Juiz de Fora; Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno; Câmara Municipal de São João Nepomuceno; Comunidade Sanjoanense.

Referências

AGUIAR, J. O. Quem eram os índios Puri-Coroado da Mata Central de Minas Gerais no início dos Oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschweger e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). **Revista Mosaico**: Revista de História, Goiânia, Brasil, v. 4, n. 2, p. 197–211, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/mos.v4i2.2382>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BARBOSA, W. de A. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.

CALVINO, I. **Le città invisibili**. Torino: Letteratura italiana Einaudi, 1972. Disponível em: https://tehne.com/assets/i/upload/library/calvino_italo_le_citta_invisibili.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

FONSECA, C. D. Urbs e Civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. São João Nepomuceno. **IBGE**: Cidades, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-nepomuceno/panorama>. Acesso em: 07 mar. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.



LEME, M. C. da S. **Urbanismo e Política no Brasil dos anos 1960**. São Paulo: Annablume, 2019.

LIMA, F. J. M. de. (org.). **Caderno do Planejamento Municipal**: São João Nepomuceno/MG 2025/2035. São João Nepomuceno: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno/Universidade Federal de Juiz de Fora, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/12IANu3s_bn92efBV3QLcxwnmwxwc3cWY?usp=drive_link. Acesso em: 8 ago. 2025.

LIMA, F. J. M. de. (org.). **Relatório Técnico do Patrimônio Cultural e Ambiental de São João Nepomuceno/MG**. São João Nepomuceno: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno/Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/12IANu3s_bn92efBV3QLcxwnmwxwc3cWY?usp=drive_link. Acesso em: 8 ago. 2025.

LIMA, F. J. M. de. (org.). **Urbanismo em Minas Gerais**: pelas cidades. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

LIMA, F. J. M. de. **Por uma cidade moderna**: ideários de urbanismo em jogo no concurso para Monlevade e nos projetos destacados da trajetória dos técnicos concorrentes (1931-1943). 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-31072025-103000/publico/Lima_FabioJMde_DO_2003_parte1.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

LIMA, F. J. M. de. Urban Planning Journeys: Digital media and participation, the case of Minas Gerais, Brasil. In: ARCHITECTURE AS HUMAN INTERFACE 2012; SYMPOSIUM OF ARCHITECTURAL RESEARCH IN FINLAND; INTERNATIONAL CONFERENCE ON ARCHITECTURAL COMPETITIONS, 4., 2012, Espoo. **Proceedings** [...]. Espoo: Aalto University, 2012. Disponível em: https://shop.aalto.fi/media/attachments/9e167/Architecture_as_human_interface.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nova Agenda Urbana**. Quito: ONU, 2019. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 2 set. 2023.

PAIVA, A. T. Pegadas indígenas no acervo do APM. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 46, n. 1, p. 110-127, 2010. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2010E04.pdf. Acesso em: 7 mar. 2024.

SÃO JOÃO NEPOMUCENO. Câmara Municipal de São João Nepomuceno. **Prefeitura de São João Nepomuceno**, São João Nepomuceno, [20--?b]. Disponível em:



www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/copy_of_institucional/o-municipio. Acesso em: 01 nov. 2024.

SÃO JOÃO NEPOMUCENO. História do município. **Prefeitura de São João Nepomuceno**, São João Nepomuceno, [20--?a]. Disponível em: www.sjnepomuceno.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6495. Acesso em: 3 nov. 2023.

URBANISMOMG. Audiências, reuniões e oficinas comunitárias. **Google Drive**, São João Nepomuceno, 2024c. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1JvVsAw42AkIAuDLstz4_av5ALYfAqGvC. Acesso em: 1 nov. 2024.

URBANISMOMG. Perfil. Instagram: @urbanismo.mg. São João Nepomuceno, 2024a. Disponível em: <https://www.instagram.com/urbanismo.mg/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

URBANISMOMG. Perfil. YouTube: @urbanismomg. São João Nepomuceno, 2024b. Disponível em: <https://www.youtube.com/@urbanismomg>. Acesso em: 1 nov. 2024.